

REGIÃO



Assembleia Legislativa da Madeira estuda a criação de um 'Canal Parlamento'. FOTO ALM

Regresso em Setembro com todos os deputados

JORGE FREITAS SOUSA
jfsousa@dnoticias.pt

A Conferência de Representantes dos Partidos marcou uma sessão plenária extraordinária, para o próximo dia 28 (terça-feira), para discutir o relatório da comissão de inquérito à extracção de inertes. Os partidos poderão apresentar resoluções sobre o tema do inquérito, para serem votadas na reunião, até à próxima segunda-feira.

A reunião de ontem serviu para marcar o início da próxima sessão legislativa. Como José Manuel Rodrigues já tinha anunciado, os deputados vão ter um mês de férias e as sessões plenárias recomeçam a 15 de Setembro já com os 47 deputados no hemiciclo.

Para o mês de Setembro estão

PLENÁRIO NO DIA 28 PARA DISCUTIR RELATÓRIO DA EXTRACÇÃO DE INERTES

marcados plenários nos dias 15, 16, 22, 23, 24, 29 e 30, mas as votações só terão lugar em Outubro, para evitar dúvidas constitucionais sobre o funcionamento do parlamento. O Estatuto Político-Administrativo determina que a ALM funcione entre 1 de Outubro e 31 de Julho do ano seguinte, pelo que as sessões de Setembro serão convocadas ao abrigo de um artigo que permite reunir em situações excepcionais.

De Setembro a Dezembro terão lugar 35 plenários, sendo os últimos, provavelmente entre 14 e 18 de Dezembro, para a discussão do Orçamento Regional para 2021.

Auditório e 'Canal Parlamento'

O presidente da ALM informou que, durante o mês de Agosto, terão lugar obras na sala dos jornalistas, onde será criado um auditório, para 25 pessoas e um espaço de apoio.

Também está em estudo a criação de um 'Canal Parlamento', semelhante à ARTV - o canal de televisão da Assembleia da República - que deverá incluir, além da cobertura dos trabalhos que já é feita na plataforma online, debates, programas sobre Autonomia e outras iniciativas. O canal deverá ter a colaboração da RTP-Madeira.

Distribuição dos fundos europeus agrada

ALBUQUERQUE FICOU "MUITO SATISFEITO" COM O FINANCIAMENTO DAS RUP'S

ORLANDO DRUMOND
odrumond@dnoticias.pt

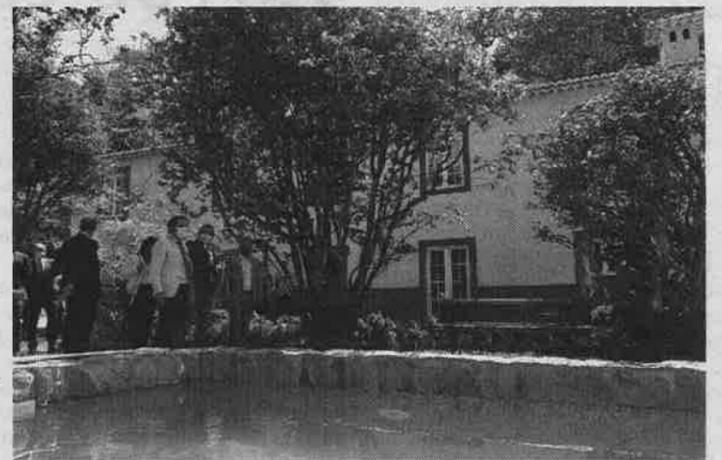
O presidente do Governo Regional ficou "muito satisfeito" com a manutenção, para o próximo Quadro Comunitário, dos 85% do co-financiamento para as RUP's (regiões ultraperiféricas) e com o reforço no montante dos sobrecustos, que sobe de 30 para 40 euros.

"Vimos concretizados algumas das grandes reivindicações das RUP's relativamente ao Quadro Comunitário plurianual", registou com agrado Miguel Albuquerque, quando questionado sobre o resultado do acordo do Fundo de Recuperação para os 27 países da União Europeia, que dos 750 mil milhões de euros atribuí a

Portugal pouco mais de 45 mil milhões, parte a fundo perdido, parte a título de empréstimo.

A margem da visita à nova unidade de turismo rural Quinta da Moscadinha, na Camacha, Albuquerque considerou "muito importante" a manutenção da percentagem de co-financiamento e o acréscimo de um terço no valor dos sobrecustos previstos para o próximo Quadro Comunitário, que também é alargado em mais três anos (2021-2027) para a sua execução. Medidas que agradaram a Albuquerque, confiante que o montante global do 'envelope financeiro' não será inferior ao presente Quadro: "Quase de certeza que não vai haver diminuição", manifestou.

Já a "residual" diminuição para a Agricultura e as Pescas não ameaça o Fundo de Coesão, que "é um instrumento fundamental de distribuição dos fundos europeus. É aquele que garante que a Europa não cria assimetrias nem desfasamentos sociais e económicos", lembrou.



Albuquerque elogiou a requalificação com "bom gosto".

Barcos chegam à Ponta do Sol para reparar enrocamento

Foi ao princípio da tarde de ontem que um rebocador e uma plataforma flutuante chegaram juntos à praia da vila da Ponta do Sol para dar início ao reperfilamento do enrocamento de protecção da vila da P. do Sol, com a dragagem de pedras e reforço com antíferes de 20 toneladas dragados no local. Uma empreitada da responsabilidade do Governo Regional, conforme sublinhou recentemente o vice-presidente, Pedro Calado, mas que não mereceu concordância da presidente do município justamente por "executar a obra em plena época balnear e o facto de a autarquia não ter sido auscultada



Barcos chegaram na tarde de ontem.

sobre o assunto", referiu quando tomou conhecimento.

Na resposta, Pedro Calado assegurou que a intervenção será acompanhada por uma equipa de mergulho e visa "reforçar a segurança da população que frequenta aquela praia, bem como para protecção dos equipamentos, infra-estruturas de apoio e restauração ali instalados", realçou, acrescentando que os trabalhos irão decorrer ao longo de "uma semana", permitindo reparar a área de talude danificada e reforçar, desta forma, a segurança de toda a frente mar da vila da Ponta Sol. O objectivo, tal como afirmou o

governante, "é realizar a obra num curto espaço de tempo e apenas por via marítima, em benefício da população e dos utilizadores daquela praia".

Opinião contrária tem a edil socialista, Célia Pessegueiro, sobretudo tendo em conta o contexto actual da pandemia e os impactos económico-sociais causados que considera que "a interrupção deste ciclo da época balnear representa um prejuízo e um defraudar das expectativas de todos aqueles que veem neste período do ano a possibilidade de recuperar da grande quebra de rendimentos provocada pela pandemia". V.H.